



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO- CE**  
**DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES – PEDAGOGIA- DHP**  
**CURSO DE PEDAGOGIA: ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO**  
**CAMPO**

**JAQUELINE HIGINO DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INDÍGENA: A importância da Educação Indígena na Cultura e**  
**Tradição das Comunidades Potiguaras**

**João Pessoa-PB**  
**2017**

**JAQUELINE HIGINO DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INDÍGENA: A importância da Educação Indígena na  
Cultura e Tradição das Comunidades Potiguaras**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
apresentado ao Curso de Pedagogia, com área de  
aprofundamento em Educação do Campo, junto ao  
Departamento de Educação do Campo (DEC), do Centro  
de Educação da UFPB, como requisito parcial para a  
obtenção do título de pedagogo/a.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Paula Romão de Souza  
Ferreira**

**João Pessoa-PB**

**2017**

S586e Silva, Jaqueline Higino da.

Educação indígena: a importância da educação indígena na cultura e tradição das comunidades potiguaras / Jaqueline Higino da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2017.

42f. : il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação etnicorracial indígena. 2. Escola indígena. 3. Cultura.  
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.017.4(043.2)

**JAQUELINE HIGINO DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INDÍGENA: A importância da Educação Indígena na Cultura e Tradição  
das Comunidades Potiguaras**

**Aprovado em 07 de Junho de 2017**

**BANCA EXAMINADORA**

*Ana Paula Romão de Souza Ferreira*

---

**Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira**  
**Orientadora**

*Fábio Nascimento da Fonseca*

---

**Prof. Dr. Fábio Nascimento da Fonseca**  
**Examinador externo**

**João Pessoa, 07 De Junho de 2017**

Dedico a minha etnia Potiguara/PB que resistiram e ainda resistem como símbolo de existência dos mesmos. Aos movimentos sociais que lutam por uma reforma agrária igualitária, e aos meus familiares e amigos que tanto me apoiaram.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus (Tupã) por ter me dado saúde e inteligência para superar todas as dificuldades e conseguir chegar onde estou, mostrando que nas dificuldades que crescemos e ficamos mais fortes;

Agradeço aos meus pais, Eliete Higino e José Brasiliano, por todo amor, compreensão, dedicação e força, e principalmente por acreditarem que chegaria aqui “teus sonhos são meus sonhos, tua alegria é minha alegria, teu sorriso é meu sorriso”, obrigada por me apoiar e incentivar a estudar. Quero dizer que tenho muito orgulho por vocês serem meus pais e também motivo de inspiração para nunca desistir... sei que a oportunidade que eu tive vocês não tiveram, porque tiveram que trabalhar desde pequeno pra poder ajudar a sustentar suas famílias, meu muito obrigada por tudo.

À minha irmã Juliana, Jean, meus sobrinhos Vitor, Karine, Vitória, Vinicius e Kauê, minha cunhada Nadja, minhas avós Ernestina e Maria Josefa, aos tios e tias, primos e primas, pois não citarei nomes e em especial minha irmã Juliele que durante esse tempo me incentivou, acompanhou minhas lágrimas, minhas noites em claro, por ter me acompanhado em todos os meus estágios, enfim, pela pessoinha que és, irmã.

A alguém muito especial na minha vida, Eliabe Felix, pelo amor, carinho, companheirismo, amizade e por ter acompanhado meu crescimento durante todo esse tempo; Às noites que passei em claro, as lágrimas que rolaram, pelas palavras de incentivo ao longo desde percurso, por ter me ajudado e ensinado tantas coisas, a usar o computador, a enviar emails, a salvar trabalhos no *pendrive*, a tantas idas e vindas da universidade, por incentivar a nunca desistir, a você meu caro, meu muito obrigada por tudo que és.

À minha Professora, Orientadora Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira, por toda sua atenção, esforço, força e dedicação durante esse percurso de estudo, pelas suas palavras sábias que foram de grande aprendizado, por ter me orientado passo a passo, se estou aqui hoje é por que a mesma de uma forma ou de outra me ajudou, me incentivou a não desistir ao longo

desse processo de aprendizagem. E aos demais professores que desempenharam com dedicação as aulas ministradas e que tanto contribuíram em minha formação de vida acadêmica, pelo exemplo de responsabilidade e de dedicação de ser professor/a.

Aos amigos; Erivan, Iranilza, Kaline, Ana Balbina, Sandrine, Karllysio, Janaina pelas palavras de apoio, pela parceria ao longo desses anos, vocês foram anjos enviado por Deus, levarei cada um de vocês em meu coração.

A Cícero Madeiro, Ijaciane Ferreira e Rodrigo dos Santos, por fazer em parte do meu grupo do busão, pelos lanches divididos, risadas, confissões, raiva, debates, indiretas, ironias, pelas caronas, por terem me emprestados livros, computadores, entre tantas coisas, e principalmente por terem ficado ao meu lado, pelos anos de convivência, no qual nos tornamos praticamente irmãos, meu muito obrigada meus Federais.

À Alanna Rangel pelo companheirismo, pelo carinho, por ter me acolhido em sua casa, ter me emprestado seu computador nesse período, enfim, a Suellen Soares, Rejailza, Valeria, Clara Nascimento, Daniela Sayuri, Rosane Palhano, Thamyris Tágila, Claudinda Viera, seu Manassés e dona Júlia pelo carinho e amizade construídos ao longo desse tempo.

E àqueles que não citei, nominalmente, desde já se sintam contemplados.

*“Arrancaram nossas folhas,  
cortaram nossos galhos,  
derrubaram o meu tronco,  
envenenaram tudo ,  
mas, esqueceram que tenho raízes,por isso estou  
aqui.”*

Zaque Kaingang

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância da Cultura e Tradição junto à comunidade potiguara na Educação Indígena presente na Escola Estadual Akajutibiro. E, como objetivos específicos: Identificar as principais dificuldades encontradas na Educação Indígena, sobre o ensino da memória da Cultura e Tradição das comunidades Potiguaras; Verificar como a escola Akajutibiro trabalha o ensino da memória da Cultura e Tradição nas comunidades Potiguaras em seu Projeto Político Pedagógico. E, por fim, compreender a importância da Educação Indígena ao tratar da Cultura e Tradição das comunidades Indígenas. As inquietações presentes nesse estudo tentaram dialogar sobre: Qual a importância da Cultura e Tradição das Comunidades Potiguaras na Educação Indígena? E como a Escola Estadual Akajutibiro partilha saberes culturais indígenas em seu Projeto Pedagógico? A metodologia se deu de forma exploratória, a partir de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, documental (análise do Projeto Político e Pedagógico da Escola Estadual Akajutibiro e participante, decorrida através de entrevistas semi estruturada com integrantes da comunidade. Procedeu-se, também, a análise de conteúdo, da fala da liderança. Esse estudo revelou que a educação escolar indígena tem avançado, mas que necessita ser ainda discutida e colocada em prática, pois por mais que nos sejam assegurados tais direitos como uma educação diferenciada e de boa qualidade, esta ainda está aquém de atender o que apregoa a legislação e possibilitar condições concretas para que se ampliem possibilidades educativas articuladas com a Cultura e Tradição dos Povos Indígenas.

**Palavras-chave:** Educação Etnicorracial Indígena. Escola Indígena. Cultura.

## **ABSTRACT**

The present study had as objective to analyze the importance of Culture and Tradition with the community of Potiguara in the Indigenous Education present at the Akajutibiro State School. And, as specific objectives: Identify the main difficulties encountered in Indigenous Education, on teaching the memory of Culture and Tradition of Potiguaras communities; Check how the Akajutibiro school works the teaching of the memory of Culture and Tradition in the Potiguaras communities in its Pedagogical Political Project. And, finally, to understand the importance of Indigenous Education in dealing with the Culture and Tradition of Indigenous communities. The concerns in this study tried to talk about: What is the importance of Culture and Tradition of Potiguaras Communities in Indigenous Education? And how does the Akajutibiro State School share indigenous cultural knowledge in its Pedagogical Project? The methodology was an exploratory one, based on a qualitative, bibliographical and documentary approach (analysis of the Political and Pedagogical Project of the Akajutibiro State School and participant, elapsed through semi-structured interviews with community members. , The analysis of content, speech of leadership. This study revealed that indigenous school education has advanced, but needs to be discussed and put into practice, even though we are assured of such rights as a differentiated and good quality education , It still falls short of meeting what the legislation proclaims and enabling concrete conditions to expand educational possibilities articulated with the Culture and Tradition of Indigenous Peoples.

Keywords: Ethnic Indigenous Education. Indigenous School. Culture.

## SUMÁRIO

<b>1.0 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.0- UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A CULTURA INDÍGENA.....</b>	<b>12</b>
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE A CULTURA INDÍGENA NO BRASIL.....	12
2.2 O MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA E A CULTURA POTIGUARA.....	16
<b>3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO INDÍGENA.....</b>	<b>21</b>
3.1 O QUE É A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO?.....	21
3.2 EDUCAÇÃO INDÍGENA TAMBÉM É EDUCAÇÃO DO CAMPO, MAS TEM ESPECIFICIDADES.....	23
3.3 ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	25
3.3.1 O que diz o Plano Nacional da Educação (lei nº10.172) com relação a educação escolar indígena?.....	27
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>34</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BAÍA DA TRAIÇÃO- PB: estrutura e funcionamento.....	34
5.2 COMPREENSÃO DE LIDERANÇAS SOBRE A EDUCAÇÃO INDIGÉNA.....	38
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na qualidade de acadêmica do Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, pude observar em reuniões, debates e encontros de estudantes indígenas, a questão da importância da Educação Indígena e sua Cultura e Tradição das comunidades Potiguaras do município de Baía da Traição.

Nos dias de hoje, se faz necessário mais que um conceito de educação, sobre Educação Indígena, no sentido de buscar essa identidade, mesmo porque educação existe na sua natureza dinâmica, ou seja, não segue um padrão único, pois cada povo, grupo ou classe social tem seus valores, suas crenças. E a educação é construída todos os dias, sofrendo transformações, ou seja, está sempre num processo de desenvolvimento, que envolve um conjunto de saberes e da troca de ideias.

Esta pesquisa surgiu pela simples razão da necessidade de avaliar e identificar as práticas educativas que possibilitam a comunidade indígena Potiguara de Baía da Traição, refletir sobre a importância da Educação Indígena e sua Cultura e Tradição. Esta análise busca apresentar e interagir de forma interdisciplinar a realidade local às questões específicas das comunidades, dando lugar à *Pedagogia da Busca*, do desafio, do encontro, da esperança da realização e da transformação. Neste sentido, será um grande desafio entrar neste universo de luta de recomeço, ou seja, da construção de um projeto que é mudar o jeito de enxergar e de buscar qual é o verdadeiro papel da educação indígena na nossa comunidade, e se ela existe de fato, ou se é apenas teoria.

Portanto, acreditamos que este estudo será importante para todos os educadores e educandos no sentido de contribuir para o fortalecimento da educação pública, como espaço de desenvolvimento do saber e que crie condições de preponderância para classes que são consideradas excluídas, como os índios e os negros que são tidos como incapazes diante da sociedade. E, ainda, que contribua na minha formação e que sirva de incentivo para outros pesquisarem acerca deste tema, tendo como objetivo a divulgação do conhecimento, ou seja, da divulgação do saber e das ideias.

Por tanto, esta investigação teve como objetivo geral analisar a importância da Cultura e Tradição junto à comunidade potiguara na Educação Indígena presente na Escola Estadual Akajutibiró. E, como objetivos específicos: Identificar as principais dificuldades encontradas na Educação Indígena, sobre o ensino da memória da Cultura e Tradição das comunidades Potiguaras; Verificar como a escola Akajutibiró trabalha o ensino da memória da Cultura e

Tradição nas comunidades Potiguaras em seu Projeto Político Pedagógico. E, por fim, compreender a importância da Educação Indígena ao tratar da Cultura e Tradição das comunidades Indígenas.

## 2 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A CULTURA INDÍGENA

### 2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE A CULTURA INDÍGENA NO BRASIL

Ao fazer lembrar ou recordar dos nossos antepassados é ao mesmo tempo adentrar a nossa história, ao passado não tão longo... quero dizer, que ao lembrar nos traz a torna a verdadeira história, dos donos da terra que aqui habitava desde 1500 anos; de quando os invasores adentraram a nossa casa(terra). Com eles vieram a escravidão, vieram as guerras, a exploração de nossas crianças, o extermínio, o medo, "o poder"...

Cegos a quaisquer distinção, como as de faixa etária, por exemplo, os europeus, jesuítas, colonos e viajantes alargavam-se em violência em violências contra os nossos índios. Ignoram-lhes a ligação com o sagrado para, posteriormente, restringir-lhes a religiosidade, ao estremecer dos trovoes; satanizam-lhes as habitações, reduzem lhes a língua a um simulação linguístico que pretende bilíngue e elemento de comunicação entre eles e os tupinambá; infundem-lhes a ignorada dicotomia entre o corpo e a alma; disciplinam-lhes o corpo, desertam –lhes a alma; tornando-os apartrida na terra sempre fora sua. O que a ingenuidade ou a má-fé denominam de encontro foi, na realidade, o maior genocídio e etnocídio verificados no mundo ocidental. onde homens, mulheres e crianças foram tratadas, diabolicamente em nome de Deus.(MEDONÇA,2006,p.90)

Conforme a autora, os europeus, jesuítas, colonos e viajantes, agiam com violência contra os verdadeiros donos da terra, uma vez que eram incompreendidos; negavam-lhes a liberdade de espírito, de vivencia...sugaram lhes a alma e o corpo. Mas, por mais que os invasores lhes roubassem suas “vidas,” eles resistiam e resistem até hoje, mesmo sabendo que os invasores lhes invasores iriam lhes perseguir, eles combatiam, defendiam seu povo.”[...] Somando-se aos guerreiros e aos seus xamãs, a mulher tupinambá, jovem ou idosa também defendiam a liberdade de seu povo até a exaustão. ” podemos assim dizer o quão foi e ainda é a resistência das mulheres indígenas na defesa de seu povo, pra ela resistir ou até mesmo existir ela precisa defender o seu território, seu espaço, sua identidade, pois a mulher indígena traz nas suas entranhas o dom de proteção, de cuidadora, de genitora, aquela que é responsável pela vida, a dar a vida.

A grande mãe do Brasil é uma índia, mas sua imagem não consta em nossas representações coletivas. Não se fala dela, esse título não lhe é dado [...] Essa desqualificada ainda o é em grau maior pela pedagogia escolar, que faz pairar sobre ela um grande véu de ocultamento e silencio. Só lhe resta um lugar que pode acolhê-la, mesmo que desprovida de forma e história, apenas como passado soterrado – e esse lugar é o inconsciente brasileiro, onde essa mãe,essas milhões de mães ignoradas permanecerão anônimas até que o **sentido** de sua existência e de sua marca possam ser reconhecidas por um olhar liberto das letais projeções que recaíram

como maldição sobre nosso nascedouro. *Apud* (GAMBINI, 2000, PP.170-171-grifo do autor)

Por mais que os colonos olhassem ou visse a mulher indígena como símbolo de sexualidade e luxúria, elas carregavam dentro de si sua pureza, seu olhar terno e ao mesmo tempo perspicaz.

Sabemos que quando o Brasil foi “descoberto” o (que na verdade ele não estava encoberto, escondido), ou seja, quando os senhores invasores adentraram a nossa casa, a nossa terra já habitavam milhares de povos, cada um deles com línguas diferente, rituais, diferente e costumes diferentes... o que eram comum entre ambos era a reverência pelo sagrado, que tinham com a natureza, dessa forma conviviam com ela de forma harmônica.

A história nos mostra vários acontecimentos que tiveram origem com a chegadas dos europeus (invasores) na vida dos nativos dessa terra. [...] escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. (O Índio Brasileiro, 2006)

Não que esses povos não conhecessem guerra, doenças e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse. Eles não eram capazes de entender a lógica das disputas territoriais como parte de um projeto político civilizatório, de caráter mundial e centralizador, uma vez que só conheciam as experiências dos conflitos territoriais intertribais e interlocais. (O Índio Brasileiro, 2006, p.17)

Também Ribeiro (1995, p.30) aponta que:

O que aconteceu, e mudou total e radicalmente seu destino, foi a introdução no seu mundo de um protagonista novo, o europeu. Embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. Principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, debilitando-a até a morte. [...]No ecológico, pela disputa do territórios, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros. No plano étnico cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, os europeus aqui querenciados.

Conforme foi mencionado, os nativos que aqui habitara já conheciam conflitos, pois já existiam entre eles, isto é, entre tribos distintas, porem eram diferente, não era conflito de

dominação cultural, de etnocentrindade, mais de território, de espaço, na qual buscava um local onde tivesse uma caça boa, onde fosse mais próximo da água, de árvores frutíferas. Não era conflito de aculturação, de processo civilizatório na qual os europeus fizeram; onde exterminaram suas crenças, sua língua nativa.

Até então podemos perceber ao longo da história a imagem que é retratada pelos colonizadores e que por consequência até hoje é marcada por preconceito pela sociedade predominante.

Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que aqui se instalaram, os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, as capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias. Alguns religiosos europeus, por exemplo, duvidavam que os nativos pertencessem a natureza humana, pois segundo eles, os indígenas mais pareciam animais selvagens. Estas são algumas maneiras diferentes de como “os brancos” concebem a totalidade dos povos indígenas a partir da visão etnocêntrica predominante no mundo ocidental europeu. (O Índio Brasileiro, 2006, p.36)

E dessa visão deturpada a sociedade brasileira continua vendo os povos indígenas como cultura menos elevada, conforme o texto O Índio Brasileiro “[...] A sociedade majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a interação e assimilação à cultura global. ”ou seja, mesmo fazendo “parte”(sendo parte da história) os nativos dessa terra ainda enfrentam desafios, desafios esses que perpassam ao longo da história, como de se auto afirmarem se como indígena na sociedade, reconhecendo sua legitimidade como os primeiros que aqui habitara, com suas crenças, com seu modo de viver. Como se dizer uma sociedade civilizada ou globalizada se ainda hoje não consegue reconhecer, aceitar e respeitar outros saberes, outras culturas?! Ainda segundo o texto (O Índio Brasileiro, 2006), “[...] a sociedade convivem com as contradições em relação aos povos indígenas”.

A primeira diz respeito à antiga visão romântica sobre o índio, presente desde a chegada dos primeiros europeus ao Brasil. É a visão que concebe o índio como ligado a natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz de compreender o mundo do branco com suas regras e valores. [...] A segunda perspectiva é sustentada pela visão do índio cruel, bárbaro, canibal, animal selvagem, preguiçoso, traiçoeiro e tantos outros adjetivos e denominação negativas. [...] A terceira perspectiva é sustentada por uma visão mais cidadã, que passou a ter maior amplitude nos últimos vinte anos, o que coincide com o mais recente processo de redemocratização do país, iniciada no início da década de 1980, cujo marco foi a promulgação da constituição de 1988. (O índio Brasileiro, 2006, p.37)

Segundo o próprio texto em relação a visão que a sociedade predominante se refere para com os nativos é de que: o índio está precisa de proteção e que se ver o mesmo como não protagonista de sua história, de suas decisões, de sua se escolhas e, por isso, institualizou, ou seja, criaram políticas indigenistas, como o Serviço de Proteção ao Índio(SPI),e no momento presente a Fundação Nacional do Índio(FUNAI).”Aqui o índio é percebido sempre como uma vítima e um coitado que precisa de um tutor para protegê-lo e sustentá-lo, isto é, sem tutor ou protetor os índios não conseguiriam se defender”.(O Índio Brasileiro,2006)

E desse e de outros olhares se tem uma visão das quais os colonizadores implantaram ao retratar de forma distorcida os índios que aqui habitara, justificando assim sua práticas de dominação e de massacre para com esses povos, na qual o seu desejo seria exterminá-lo, pois assim, suas terras estariam “livres” para serem exploradas.

Como os indígenas não aceitavam ser explorados criou-se o mito de que eles eram preguiçosos, perversos, traiçoeiros... Hoje essa dominação ou “colonização” se dar pelos grandes latifundiários, empresários, usineiros, grileiros, que ver os índios como grandes empecilhos para o crescimento do capitalismo, moderno, globalizado, assim como o governo nos ver como um gasto a mais aos cofres públicos do Brasil. Outra compreensão é que os índios são cidadãos de direitos específicos, ou seja, diferenciados, ganharam o direito de preservar, de manter seus costumes, seus valores, sua cultura, como também a outras culturas, as diversas tecnologias, do mundo moderno.

Além do que já foi citado, os mesmo ganharam também uma educação escolar especifica e diferenciada, como também o direito a terra coletiva suficiente para sua sobrevivência. Tudo isso estar garantido na constituição de 1988, porém, mesmo estando assegurados estes direitos ainda hoje é nos negado de fato.

Recentemente os povos indígenas que estavam no Acampamento Terra Livre (ATL) foram recebidos de forma truculenta no Congresso Nacional, com balas e bombas de efeito moral e ainda foram submetidos a revistas como se fossem bandidos, terroristas, quando na verdade estavam reivindicando aquilo que lhes é de direito. Segundo o portal de Notícias Socioambientais, o Acampamento Terra Livre (ATL),iria reunir quase dois mil indígenas de todo o país em Brasília, em defesa de seus direitos pela garantia dos direitos originário de nossos povos. o objetivo deste acampamento foi de unificar e articular com a lideranças indígenas dos povos, as violações dos seus direitos constitucionais como também as políticas anti-indigenas do Estado brasileiro. Entre estas discussões estavam as questões da paralisação das

demarcações indígenas; o enfraquecimento das instituições e políticas públicas indigenistas; as iniciativas legislativas anti-indígenas que só devem ser consideradas Terras indígenas as áreas que estavam em posse de comunidades indígenas na data da promulgação da Constituição de 1988; os empreendimentos que impactam negativamente os seus territórios.

## 2.2 O MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA E A CULTURA INDÍGENA POTIGUARA

A partir de 1970 vão surgindo movimentos indígenas como símbolo de resistência dos povos [...] que se encontravam na sua totalidade, em uma situação extrema, tendo seus territórios invadidos ou tomados; enfim, sendo condenados compulsoriamente ao extermínio enquanto povos etnicamente diferenciados. (SILVA, ano, p.372)

E nessa conjuntura segundo Silva, os movimentos indígenas passam a aparecer em praticamente todas as regiões do país, tendo a terra como grande mobilizador e aglutinador das lutas e dos movimentos dos povos indígenas.

Basta lembrar que, apesar de o Estatuto do Índio dar limite para a demarcação de todas as terras indígenas em dezembro de 1978, até aquela data menos de 20% das terras estavam demarcadas. Além disso, os povos indígenas do nordeste eram considerados extintos, e várias outras eram transferidas de uma região para outra, liberando as terras para implantação de grandes projetos rodoviários, pecuários, hidroelétricos, dentre outros. Portanto, a tomada de consciência de que a terra era o elemento básico para garantir sua sobrevivência gerou base dessas lutas e mobilizações. (DIAS, 2007, p.373)

Desta forma, os movimentos indígenas cresceram no país em busca de sua autoafirmação como sujeitos de direitos, tendo a terra como seu bem maior, na qual promoverá a garantia da vida dos mesmos, como educação, moradia, saúde, autosustentabilidade, reconhecimento de sua identidade cultural e social. Apud, Assim entendem que sua cidadania passa, fundamentalmente pela garantia de seus territórios e o respeito ao seu modo diferenciado de viver e se organizar (Conforme garante artigo 231 da Constituição).

E, afinal o que é movimento social? Segundo Almeida (2007), "Movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização. Representam conflitos ou contradição entre setores da população pela conquista e/ou administração de recursos e bens econômicos, culturais e políticos."

Conforme foi mencionado acima a atuação do movimento social estar ligado a um grupo comum, ou seja a uma ação coletiva em defesa de um ideal igualitário, para todos. Sendo assim Apud Boni(19970),”O movimento indígena nasce como espaço de rearticulação da resistência, para fortalecer o poder de reação.”

Então podemos, novamente, indagar, afinal o que é o movimento indígena?

Segundo o Índio Brasileiro 2006[...] “é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos.” Por tanto, o movimento dos povos indígenas busca defender e garantir os direitos coletivos dos mesmos.

[...] movimento indígena, aquele que busca articular todas as diferentes ações e estratégias dos povos indígenas, visando a uma luta articulada nacional ou regional que envolve os direitos e os interesses comuns diante de outros segmentos e interesses comuns diante de outros segmentos e interesses nacionais e regionais. ( O Índio Brasileiro,2006,p.61)

Isto quer dizer, que mesmo tendo uma diversidade de povos, de costumes os mesmos tem que ter uma consciência igualitária, de forma que o movimento indígena esteja dentro de um só povo, de uma mesma aliança, onde o desejo majoritário sejam considerados viável para todos os povos, permitindo uma nova demanda dentro de atuais processos de construção, com base nas experiências vividas.

Para Dias (1999),” A heterogeneidade foi a marca da década de 1980 e a características dos movimentos indígenas ao irem se estruturando, organizando, articulando nas mais variadas formas. As bandeiras mais importantes continuaram sendo a luta pela terra e pelo reconhecimento de fato de suas sociedades e formas de vida, e a construção de relações de autonomia ante o Estado.

Portanto, O Movimento Indígena surgiu não só para garantir aos povos os direitos, mas sim, dentre esses direitos o mais importante é a questão da terra; porque ao garantir a terra como seu bem maior, estará assegurando educação, saúde, como também o respeito, reconhecimento da sua cultura, dando-lhes possibilidades de manter sua identidade, isto é, a sua diversidade cultural, sua forma de existência.

O que é cultura? Pode-se dizer que cultura é tudo o que somos, isto é, a maneira como portamos na sociedade. (ARANHA, 1996) [...]” cultura é tudo o que o homem faz, seja material ou espiritual, seja pensamento ou ação.” Nesse sentido toda ação do sujeito é cultura, seja na maneira como nos portamos; ou como nos organizamos socialmente; através de uma prática; de um hábito; de uma característica; ou de um comportamento. Tal conhecimento se dá pela atuação humana, no ato de criar e recriar, de transformar o seu meio de acordo com sua realidade. Nessa perspectiva a cultura que aqui chamamos perpassa de geração pra geração, mesmo que ao longo do tempo essa mesma sofra alterações.

O mundo cultural é, dessa forma, um sistema de significados já estabelecidos por outros, de modo que, ao nascer, a criança encontra um mundo de valores dados, onde ela se situa. A linguagem que ela aprende, a maneira de se alimentar, o jeito de sentar, andar, correr, brincar, o tom de voz nas conversas, as relações sociais, tudo, enfim, se acha estabelecido em conversões. (ARANHA 1996, p.16)

Portanto, entendemos que cultura é uma ação humana; uma prática; ou tudo aquilo que aprendemos; criamos ou recriamos; ou o que construímos ao longo da vida. Sabemos que ao nascermos já são pré-estabelecidas regras de convivência na sociedade, o modo na qual devemos nos comportar (agir) e que tal modo ou ação é influenciável pelo mesmo sujeito, mas que todo sujeito tem uma cultura, isto é, há uma diversidade de cultura, na verdade há várias culturas no seio da sociedade, não existe uma cultura melhor ou pior, menor ou maior e sim diferentes características entre elas, que fazem com que as mesmas façam parte de uma identidade de um povo.

As diversas manifestações culturais são expressões diferentes de uma sociedade pluralista, e não tem sentido tecer considerações a respeito de superioridade de uma sobre a outra, o que leva à depreciação de uma sobre a outra, o que leva a depreciação, quando a avaliação é feita segundo parâmetros válidos para outro tipo de cultura. (ARANHA, 1996, p. 43)

Portanto, as diversas manifestações culturais fazem parte de uma identidade que foi construída por séculos e se afirma numa busca incessante no movimento dinâmico do “quem eu fui” para o “que eu sou”. **Sou indígena Potiguara.** Uma busca e um sentimento de pertença nos perpassam.

E o que é ser indígena potiguara?

Potiguara significa “Povo comedor de Camarão”. Somos um povo guerreiro de linhagem Tupi com histórias de luta pela terra e resistência aos ataques do colonizador. A relação de amor à Mãe Terra é o que nos move, essa é uma condição que se contrapõe à exploração do mercado e do capital.

Estima-se que:

Ao consultarmos a bibliografia e os documentos sobre a história do atual Estado da Paraíba, se evidencia, desde as notícias mais remotas após o descobrimento do Brasil, a presença dos índios Potiguara no litoral paraibano e, mais notadamente, na Baía da Traição. Neste local, onde habitam ainda os seus remanescentes, ocorreram às lutas mais renhidas entre os conquistadores e o gentio Potiguara. No "Mapa do Cantino", publicado na Europa em 1502, é assinalado o Rio Paraíba sob a denominação de São Domingos. Só seria designado pelo seu nome atual às vésperas da conquista desta capitania. Ainda não aparece indicada a Baía da Traição (MAIA, 2008).

Do ponto de vista da historiografia europeia, ou seja, o ponto de vista do colonizador, os Potiguaras “traíram os portugueses” se aliando a franceses. Em nossa memória e Cultura Tradicional a história é bem outra. A nossa etnia, assim como outras indígenas foi dizimada pelo colonizador. Nossas mulheres foram estupradas em sua maior parte. Nossas crianças foram arrancadas das aldeias para o processo de aculturação chamada “catequese” e o fato de realizar estratégias de sobrevivência dialogando com outros povos que igualmente eram colonizadores, mas rivalizavam com o colonialista principal passamos a ser rotulados de “traidores”. Estas são marcas de violência simbólica que ainda persiste na sociedade paraibana.

O narrador do "Summario" acreditou que os Potiguara tivessem sido dominados (fato que só ocorreria, realmente, em 1599, como podemos ler, por exemplo, em Frei Vicente Salvador e outros autores) e que talvez passassem, definitivamente, ao Rio Grande do Norte, como diz o manuscrito: "...que faltando os francezes se entregaram os Pitiguares, pois não tem nenhum remédio e, em toda parte e a miúdo eram salteados ou se passariam além do Rio Grande...". É interessante notar que os Potiguara foram realmente rechaçados além do rio Paraíba, em direção ao Rio Grande do Norte, exatamente para a região que ainda hoje ocupam, entre o Mamanguape e o Camaratuba, que se situa fronteiro aos limites daquele Estado. Frei Vicente do Salvador, autor da História do Brasil, publicada em 1627, (foi) missionar os Potiguara na Paraíba, em 1603, razão pela qual pode contar, detalhadamente, muitos fatos relacionados com os Potiguara e a Paraíba. Na sua obra podemos ler, além dos relatos das lutas narradas no Sumário, a descrição das campanhas que ainda se fizeram aos Potiguara nos anos subsequentes: "... e este exército começou a marchar das fronteiras da Parahyba, a 17 de dezembro de 1597, indo os espias e corredores diante queimando aldeias que os Potiguaras despejavam com medo (...) a fazer o forte e se defenderem dos Potiguaras, que não tardaram muitos dias que não viessem uma madrugada infinitos, acompanhados de cinquenta francezes...". (Id, ibidem).

Do processo de resistência a coação do colonizador, o povo Potiguara passou a viver de sua sobrevivência e modo de vida cultural próprio. Segundo o pesquisador Lusival Barcellos que defendeu tese de doutorado em 2002 (BARCELLOS, 2006, p.2) sobre o povo Potiguara:

Os Potiguaras, bem como os Pataxós na Bahia, os Tupiniquins no Espírito Santo, resistiram à invasão da raça branca por mais de 500 anos em seus territórios. Vários estudos mostram como foi violenta essa presença forçada do europeu, somada posteriormente com a chegada dos escravos vindos da África e de outros povos dos demais continentes. O litoral brasileiro foi palco de diversas e sucessivas batalhas travadas pelos brancos, com os habitantes que aqui viviam, para apropriarem-se de suas terras.

Essa constatação corrobora com nossas aprendizagens comunitárias e, por vezes, de quando estudamos e escutamos os parentes, o cacique, o pajé, entre outros que passam o nosso espírito de luta.

Os Potiguaras formaram uma muralha ao longo do litoral, impedindo o avanço dos invasores em direção ao interior da Paraíba e, conseqüentemente, do Brasil. É um dos poucos exemplos de povos indígenas que se fixaram na “mãe terra” e conseguiram que sua etnia e suas tradições culturais e religiosas fossem relativamente preservadas, mesmo com toda imponência do invasor.

A nossa resistência muito nos orgulha, por ter lutado e continuar a lutar por nossa sobrevivência e cultura. A vida em comunidade perpassa por convivências e partilhas de ritos sagrados, trabalhos em mutirão, práticas de educação e saúde diferenciadas; práticas solidárias caminhos ancestrais para se resolver os conflitos que surgem em nosso cotidiano.

A nossa cultura está em todos os lugares na aldeia, no modo de ser e de agir, embora assimilamos algumas práticas culturais do mundo branco, apenas a incorporamos em nosso convívio, mas sem perder as raízes. Para tanto, a educação escolar indígena e a educação indígena que emana da própria aldeia é fundamental para a manutenção da nossa cultura.

### 3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO INDÍGENA

#### 3.1 O QUE É EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO?

É uma educação que visa respeitar os sujeitos do campo, campo que dizer meio rural, onde os sujeitos desses espaços tem a terra como meio de subsistência, buscando se trabalhar de acordo com a realidade dos mesmo, como também a valorização dos seus saberes.

Ao longo da história pode se perceber os conflitos existências por terra, isto é, desde a invasão dos colonizadores quando que aqui chegaram ao Brasil. Desses conflitos por terras, surgiu os movimentos sócias em busca de seus direitos; entende-se que a partir da terra, pode-se assim garantir direitos, como, a educação, a moradia, a sustentabilidade dentre outros.

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam a luta dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes desenvolveram-se lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente do desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES *apud* BATISTA, 2006,p.2)

Dáí a educação do campo e para o campo, surgiu com o movimento dos trabalhadores rurais que reivindicam uma educação em que esses sujeitos sejam atendidos e respeitados suas especificidades, seus saberes populares, seus conhecimentos, sua identidade, sua cultura. Onde estes sejam valorizados e não vistas como pessoas parada no tempo, desatualizados, primitivas, mas como indivíduos capazes de promover conhecimento.

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar de produção agropecuária e industrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por isso tudo, o campo é lugar de vida e, sobretudo, de educação. (*apud* FERNANDES 2005, p. 137)

Desta forma a educação do campo trás para dentro das discussões uma educação onde os sujeitos desses espaços sejam colocados no seio da sociedade como indivíduos criativos, atualizados, mas também como de formação humana onde se possa respeitar os diferentes saberes.

A defesa da Educação do Campo se justifica como uma ação afirmativa para correção da histórica desigualdade sofrida pelas populações do campo em relação ao seu acesso à educação básica e superior. Porém essa desigualdade tem determinantes históricos mais radicais e mais profundos: não é apenas desigualdade de acesso, mas da classificação dessas populações como

diversas pelo padrão segregador conhecimento, que é estruturante em nossa história política. A luta pelo conhecimento, que é estruturante em nossa história política. A luta pelo conhecimento pressupõe a luta contra o padrão segregador de conhecimento. (dicionário do campo, p.235)

Sabe-se que ao longo da história que o processo de educação se deu no intuito de integralizar esses sujeitos do campo a sociedade predominante, negando-lhes sua identidade, sua cultura, toda via esses povos foram oprimidos, suprimidos por aqueles que estavam no poder. E haja visto que até hoje estes são vistos pela mesma, como incapazes primitivos, onde esse tal segregador exclui seus saberes, se sobrepondo como conhecimento dominante sobre os mesmos.

O protagonismo dos movimentos dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar um fio de alguns nexos estruturantes desta “experiência” e, portanto nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na “consciência de mudança” que assinala e projeta para além da mesma (CALDART, Dicionário do campo, 2009, p.257)

Ou seja, a educação do campo surgiu das discussões dos movimentos sociais, especificamente o movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) como protagonista de uma educação oferecida para os povos do campo, onde tal educação possa se reafirmar como atores de conhecimento e cultura.

O marco normativo para Educação do Campo reconhece que tem uma dívida ao direito dos povos do campo e que por essa razão tem se tentado assegurar tais direitos, isto é, com políticas compensatória para os mesmo. As Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do Campo, faz com que sejam estabelecidas regras para oferta da mesma assegurando-lhes suas especificidades, conforme a LDB, Lei nº9.394/1996:

No art. o artigo 23 da LDB, “O calendário escolar deverá adequar às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivos previsto nesta lei.”

No Art. 26 diz, “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

No Art.28 da LDB, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Isto é, os currículos devem se adequar de acordo com a realidade desses sujeitos, levando em considerações todas às especificidades, como o calendário local, isto é, respeitando sua realidade local, como o tempo das chuvas, da colheita e das manifestações religiosas. Como também os currículos adaptados de acordo com a realidade desses sujeitos, como a cultura e a economia.

Nos incisos do artigo 28, “os conteúdos deveram ser adequados as necessidades do aluno, como também a organização escolar deve-se incluir o calendário do ciclo agrícola a condições climáticas, adequação à natureza[...]” (BRASIL,1996).

### **3.2 EDUCAÇÃO INDÍGENA TAMBÉM É EDUCAÇÃO DO CAMPO, MAS TEM ESPECIFICIDADES**

Há algum tempo, os povos indígenas do Brasil acreditavam que a educação escolar era um meio exclusivo de aculturação e existia uma curta desconfiança e repulsa quanto á escolarização. Pois diante das necessidades de um mundo mais globalizado, os indígenas avaliam que a educação escolar quando direcionada para eles, para atender as suas necessidades de acordo com sua realidade pode ser um instrumento de fortalecimento das suas culturas e de sua identidade como conquista da cidadania como direito aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno.

É chamada de educação escolar indígena que considera aquela que é apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimento universais necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder a novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global. (GT INDÍGENA SEAMPO/CCHLA UFPB, 2011, p.06).

Falar de educação indígena é fazer uma análise de sua história, ou seja, desse povo que é marginalizado e perseguido, são 512 (quintos e doze anos) de lutas em busca de sua cidadania e de sua autonomia, mesmo com políticas de proteção e leis “preocupadas” ela qualidade de vida dos índios, essa está longe de ser um tratamento digno e justo aqueles que foram os primeiros habitantes desta terra, como sendo os donos originais da mesma.

Pois, foi um povo que foi obrigado a ser diferente, ou seja, a negar a sua identidade, sua cultura, seus costumes, sua história e sua própria existência. Tiveram que abdicar, e a aceitar os valores alheios desta maneira destruindo aquilo que vos era de valor, sua cultura e sua língua. “No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades

indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional”. (BRASIL, LEI N°10.172 DE 2001).

O movimento indígena tem buscado através da educação escolar indígena ferramentas que fortaleça a cultura e a cidadania, pois se faz necessária para os povos indígenas em particular o povo Potiguara, uma vez que em sua história vem passando por um processo de luta e sobrevivência de sua cultura e de sua identidade, buscando o fortalecimento da mesma. Portanto, a educação indígena no âmbito escolar tem como objetivo fortalecer a luta pela autodeterminação dos povos indígenas, ela deixa de ser um instrumento de negação e exclusão para ser um instrumento positivo de apoio, ou seja, de incentivo aos projetos educativos das diversas sociedades como direito de um povo decidir sobre sua vida comunitária, suas leis, suas regras e suas instituições.

São direitos coletivos dos povos indígenas, entre outros, o direito ao seu território e aos seus recursos naturais que ele abriga o direito a decidir sobre sua história, sua identidade, suas instituições políticas e sociais, e o direito ao desenvolvimento de suas concepções filosóficas e religiosas de forma autônoma. (RECNE/INDÍGENA, 1998, p. 30).

No Brasil de acordo com dados disponíveis pelo Senso Escolar Indígena de 2005, existem atualmente 2.324 escolas indígenas de ensino fundamental e médio, que atendem a 162 mil estudantes indígenas.

No Brasil, a busca pela construção de escolas indígenas capazes de articular esse duplo olhar concretiza-se em experiências inovadoras, em que a escola reflete e auxilia na construção do projeto histórico do grupo; na criação de novas associações de professores índios; no amadurecimento da reflexão desses professores sobre sua prática e sobre seus objetivos e condições da escola desejada; nos documentos de seus encontros; na avaliação crítica dos projetos em curso; na produção e publicação de matérias didáticas e específicas e no reconhecimento legal e institucional dos direitos indígenas a uma educação específica e diferenciada de qualidade. (RECNE/INDÍGENA, 1998, p. 36).

Um dos desafios encontrados pelas comunidades indígenas é a não formação de professores qualificados e preparados para trabalhar com as diferentes realidades indígenas. Para isso é importante que seja os/as próprios/as professores/as de origem, ou seja, professores indígenas. Além de ser um professor indígena, tem que ser um professor-pesquisador, pois ele enquanto orientador e transmissor de conhecimento e de saberes deverá contribuir na construção de novos saberes como respeitar a integridade física e moral e para o exercício dos direitos dentro da comunidade.

Os professores, em sua quase totalidade, não passaram pela formação convencional em magistério. Uma grande parte deles domina conhecimentos próprios de sua cultura e tem precário conhecimento da língua portuguesa e

das demais áreas dos conteúdos considerados escolares. Enquanto, os professores não-índios que atuam nas escolas indígenas, mesmo quando tem curso superior de magistério, não possuem conhecimentos sobre os povos indígenas, provocando portanto distorções no processo ou impedindo o desenvolvimento da proposta de educação intercultural (RECNE/INDÍGENA, 1998, p. 40).

Conforme foi mencionada a grande maioria dos docentes indígenas ainda não tem uma formação de magistério ou um curso superior de licenciatura, enquanto os professores não-índios que atuam como professores nas escolas indígenas tem, ou seja, eles dominam os conteúdos matemática e língua portuguesa fluentemente, isto é, conteúdos considerados escolares, que fazem parte do currículo convencional, enquanto os indígenas não tendo tal conhecimento, mas dominam conhecimentos próprio de sua cultura. O que tem provocado um grande problema no processo de uma educação que trabalhe de acordo com a identidade de seu povo, de sua comunidade.

### **3.3 ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA**

Como se sabe a educação escolar adentrou aqui no Brasil com a chegada dos europeus, especificamente pelos portugueses que aqui chegaram trazendo os jesuítas para catequização dos nativos que aqui habitara. O intuito desta educação tinha um sentido, que era impor uma nova cultura, e essa era uma forma de dominação sobre os mesmos, fazendo com que estes negassem seus costumes, suas crenças, sua língua materna.

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas da educação escolar indígena esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios a sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivista do Serviço de Proteção ao Índio, do ensino catequético ao ensino bilíngue, e a tônica foi negar a diferença, assimilar os indios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumentos de imposição de valores alheios e de negação de identidades e culturas diferenciadas. (BRASIL, Lei Nº10,172 de 2001)

A partir da década de 70 a 80 passaram a surgir os movimentos sociais indígenas, em luta de seus direitos, reivindicando seus territórios; e o reconhecimento de sua identidade; uma educação específica e de qualidade; dentre outros direitos como por exemplo a saúde diferenciada.

Partindo desse pressuposto surgiu a constituição de 1988, que assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Dessa forma, compreendemos que é necessário o conhecimento sobre a abrangência do tema indígena na legislação. E, a principal, que diz respeito é sobre as modificações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394 de 1996) com relação a Educação Escolar Indígena.

No Art. 26 diz, “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Ou seja, os currículos devem se adequar de acordo com a realidade dos sujeitos, conforme o artigo 23 da LDB, “O calendário escolar deverá adequar às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei.”

Já no Art.32, deixa claro que:

**§ 3º** - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Isto é, garantem-lhes a autonomia sobre a mesma no processo de ensino aprendizagem e a aplicação de suas línguas. Indo de acordo com a Constituição no artigo 210.

No artigo 78 e 79, das disposições gerais diz que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

**I** - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

**II** - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Portanto, cabe ao Estado, proporcionar uma educação que venha fortalecer e recuperar as memórias históricas destes povos (indígenas), além de garantir saberes das demais tecnologias da sociedade globalizada.

**Art. 79** - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º- Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º- Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Como também cabe as instituições de ensino criar programas que envolva a prática de ensino e pesquisa, levando em conta os saberes das comunidade, para um projeto que venha ser trabalhado de acordo com as particularidades de cada povo indígena.

### **3.3.1 O QUE DIZ O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (LEI Nº10.172) COM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

Segundo o diagnóstico do PNE, diz q a educação indígena esteve pautada na integralização a sociedade, advinda junto com os colonizadores através da catequização dos jesuítas.

Hoje ela passa por um processo de reestruturação, assegurando suas especificidades de acordo com a constituição. A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A coordenação das ações escolares de educação indígena está, hoje, sob responsabilidade do Ministério de Educação, cabendo aos Estados e Municípios, a sua execução.

A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do País e exigem das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

A educação bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e, concomitantemente, à sua própria escolarização. A formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e à elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngues ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades.

O PNE passa assumir objetivos e metas para educação indígena<sup>1</sup>, que são elas:

1. Atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena, quer diretamente, quer através de delegação de responsabilidades aos seus Municípios, sob a coordenação geral e com o apoio financeiro do Ministério da Educação. \*
2. Universalizar imediatamente a adoção das diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena e os parâmetros curriculares estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.\*\*
3. Universalizar, em dez anos, a oferta às comunidades indígenas de programas educacionais equivalentes às quatro primeiras séries do ensino fundamental, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolinguísticas específicas por elas vivenciadas.\*\*
4. Ampliar, gradativamente, a oferta de ensino de 5ª a 8ª série à população indígena, quer na própria escola indígena, quer integrando os alunos em classes comuns nas escolas próximas, ao mesmo tempo, que se lhes ofereça o atendimento adicional necessário para sua adaptação, a fim de garantir o acesso ao ensino fundamental pleno.\*\*
5. Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências de construção de uma educação diferenciada e de qualidade atualmente em curso em áreas indígenas.\*\*
6. Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de "escola indígena" para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue seja assegurada.\*\*
7. Proceder, dentro de dois anos, ao reconhecimento oficial e à regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados no interior das terras

---

<sup>1</sup> (\*) a iniciativa para cumprimento deste Objetivo/Meta depende da iniciativa da União; (\*\*) é exigida a colaboração da União.

indígenas e em outras áreas assim como a constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas.\*\*

8. Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola.
9. Estabelecer, dentro de um ano, padrões mínimos mais flexíveis de infra-estrutura escolar para esses estabelecimentos, que garantam a adaptação às condições climáticas da região e, sempre que possível, as técnicas de edificação próprias do grupo, de acordo com o uso social e concepções do espaço próprias de cada comunidade indígena, além de condições sanitárias e de higiene.\*\*
10. Estabelecer um programa nacional de colaboração entre a União e os Estados para, dentro de cinco anos, equipar as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico, incluindo bibliotecas, videotecas e outros materiais de apoio.\*\*
11. Adaptar programas do Ministério da Educação de auxílio ao desenvolvimento da educação, já existentes, como transporte escolar, livro didático, biblioteca escolar, merenda escolar, TV Escola, de forma a contemplar a especificidade da educação indígena, quer em termos do contingente escolar, quer quanto aos seus objetivos e necessidades, assegurando o fornecimento desses benefícios às escolas.\*\*
12. Fortalecer e ampliar as linhas de financiamento existentes no Ministério da Educação para implementação de programas de educação escolar indígena, a serem executados pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, organizações de apoio aos índios, universidades e organizações ou associações indígenas.\*
13. Criar, tanto no Ministério da Educação como nos órgãos estaduais de educação, programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e assessores.\*\*
14. Implantar, dentro de um ano, as diretrizes curriculares nacionais e os parâmetros curriculares e universalizar, em cinco anos, a aplicação pelas escolas indígenas na formulação do seu projeto pedagógico.\*
15. Instituir e regulamentar, nos sistemas estaduais de ensino, aprofissionalização e reconhecimento público do magistério indígena, com a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades linguísticas e culturais das sociedades indígenas, garantindo a esses professores os mesmos direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional.

16. Estabelecer e assegurar a qualidade de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino aprendizagem, à alfabetização, à construção coletiva de conhecimentos na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida.\*\*
17. Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente.
18. Criar, estruturar e fortalecer, dentro do prazo máximo de dois anos, nas secretarias estaduais de educação, setores responsáveis pela educação indígena, com a incumbência de promovê-la, acompanhá-la e gerenciá-la.
19. Implantar, dentro de um ano, cursos de educação profissional, especialmente nas regiões agrárias, visando à auto-sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada.
20. Promover, com a colaboração entre a União, os Estados e Municípios e em parceria com as instituições de ensino superior, a produção de programas de formação de professores de educação a distância de nível fundamental e médio.\*\*
21. Promover a correta e ampla informação da população brasileira em geral, sobre as sociedades e culturas indígenas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações.

Fonte: **Lei No 10.172 de 9 de Janeiro de 2001.**

Portanto, é estabelecido que é de responsabilidade do estado garantir a educação indígena em conjunto com os municípios e com o MEC através de apoio financeiro. Como também o reconhecimento a adversidade cultural destes povos e dentre estas metas inclui a autonomias das comunidades na participação de projetos próprios...

Segundo está inscrito no livro Brasil Plural (20012) “A educação indígena, a partir da constituição de 1988, avançou.” Mas apesar de ter avançado precisa se de um olhar mais amplo na questão de uma educação de fato diferenciada com suas especificidades de acordo com cada povo, para isso precisa ser feitas algumas mudanças, tais:

- 1-Infra-estrutura adequada às necessidades da população escolar e às exigências que proporcionam a aprendizagem;
- 2 – Oferta de escola e aumento de vagas que contemplam a demanda educacional referente ao ensino fundamental, médio e universitário, voltados para educação indígena;
- 3- Ofertas de cursos de formação de magistério e licenciatura indígena, com desenhos contextuais mais específicos;

4-Material didático bilíngue, livros, dicionários, gramáticas, cartilhas, CDs, mapas, DVDs, atlas, revistas, jornais e demais materiais escolares, salas adequadas, laboratórios para testes, experiências e pesquisas. O que existe é limitado;

5- Sistema diferenciado de avaliação;

6- Um currículo que atenda às necessidades específicas do aluno índio, complementado e articulado com os conhecimentos locais e universais;

7- políticas objetivas de apoio ao ingresso e permanência dos índios nas universidades e que incluam dois mecanismos essenciais:1º) Canais institucionalizados de diálogo entre os conhecimentos científicos e tradicionais:2º) Sistema de bolsas de estudo que garantam a permanência dos alunos índios nos cursos. (BRASIL PLURAL, 2012, p.80)

Tais ideias de uma educação diferenciada não se dá apenas pelo que está escrito no preto no branco, mas, pelo diálogo com as comunidades, pelo compromisso do Estado para com estes povos, não basta só criar políticas de assistencialismos e depois esquecê-los, engaveta-los e não coloca-los em pratica.

Ao longo dos anos a educação escolar indígena vem passando por um processo de desenvolvimento. Podemos ver a seguir nos tópicos que se apresentam:

➤ 1988 – Promulgação da Constituição-cidadã, marco especial do reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil, inclusive dos direitos educacionais indígenas. O MEC cria o Comitê Nacional Indígena, que passa a ser instancia de consultoria e assessoramente na construção de uma política nacional da Educação Escolar Indígena.

➤ 1993 - Aparece o primeiro documento contendo as Diretrizes para uma Política Nacional de Educação Escolar Indígena.

➤ 1999 – O Conselho Nacional de Educação/CNE estabelece as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Indígena, definindo, entre outros aspectos:

1. A escola indígena como categoria específica de uma instituição de ensino.
- 2.Linhas conceituais – pedagógicos e especiais para formação de professores.
- 3.Fundamentos de uma prática pedagógica com base em contextos de diversidade cultural.
- 4.Fixação de competências das diversas esferas de governo, passando, para estados, a responsabilidade de oferta da Educação Escolar Indígena e determinando que as comunidades indígenas participem do planejamento das Secretarias Estaduais da Educação.

➤ 2004 Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, que passou a atuar no âmbito do MEC e de todo o governo, passando, com foco na valorização do reconhecimento da

diversidade cultural e sociocultural e ainda, de tratamento igualitário de todas as pessoas, sem qualquer distinção. Em decorrência, o orçamento da União passou a registrar um aumento crescente das verbas para área de inclusão social. (A SECAD acrescentou ao nome: Inclusão e passou a ser Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI).

- 2005- Criação do Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais – PROLIND. Criação da Comissão de Produção de Material Indígena – CAPEMA, responsável pela produção de cerca de duas centenas de títulos exclusivos para escolas indígenas, além de CD's e DVD's.
- 2008 – Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
- 2009 – Realização da 1ª Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena.com mobilização de 1836 escolas indígenas e suas comunidades. Criação pelo MEC dos Territórios Etnoeducacionais, com base em três eixos de atuação: a) Reconhecimento da territorialidade própria das comunidades indígenas: b) Maior protagonismo dos indígenas na condução e definição da políticas de educação: c) Formas concretas de os articulação entre órgãos responsáveis pela pactuação de um plano para cada território. (BRASIL PLURAL,2012, p.82)

E, nessa compreensão que os avanços na legislação, principalmente, a mais atual, a Lei 11.645 de 2008 que modificou a LDB e tornou obrigatório o ensino sobre a educação indígena, em todas as modalidades e níveis de ensino, configuram um processo a ser longamente construído no chão das escolas.

## 4 METODOLOGIA

Segundo Barros e Lehfeld (2003, p.37), deve-se realizar, no início, a etapa investigatória exploratória, para depois ir traçando as estratégias que conduzirão à implementação e à execução do projeto de pesquisa. Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa exploratória. Segundo Richardson (2009, P. 146), este tipo de pesquisa conduz a:

[...] proporcionar um meio de busca sobre um tema pouco estudado e que requer a utilização de um questionário semi estruturado e uma amostra não necessariamente representativa. Os resultados permitirão rever o plano para a realização de um estudo mais aprofundado.

Sendo assim, compreende-se que o tema Educação Indígena ainda não é muito estudado. Pois faz-se necessária uma investigação, ou seja, uma análise de tal tema.

**Sujeitos da Pesquisa:** Membros da comunidade Potiguara, professores, cacique, liderança estudantil comunitária.

**Procedimentos:** Entrevistas realizadas na própria comunidade com os sujeitos acima citados. Sendo realizado pesquisa através de análise do PPP da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró, localizada na aldeia de mesmo nome, em Baía de Traição - Povo Potiguara - PB e entrevista com liderança que possui perfil estudantil e de intervenção cultural na comunidade;

Tal entrevista, isto é, esse diálogo se deu através de uma indagação (Como você acha que deveria ser trabalhada a educação indígena nas escolas?); de uma conversa, de um olhar profundo para com a educação indígena, de como ela está sendo trabalhada ou de como ela deveria ser trabalhada. portanto podemos assim dizer e por que não critica?!

**Análise dos dados:** descritiva na parte da análise do PPP da Escola Akajutibiró, da coleta de dados da plataforma CultiEduca/INEP e análise de conteúdo com as falas da entrevista.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró está localizada no município de Baía da Traição, Paraíba, em região aldeada do mesmo nome Akajutibiro, território indígena Potiguara.

A referida escola com base no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) está vinculada ao Núcleo da 14ª região de ensino, da secretaria de Educação, do estado da Paraíba. A mesma segue regida pelo decreto de número 8716 de 05/2008 (PPP, AKAJUTIBIRÓ, 2015).

Nome e história da comunidade



Fonte: arquivo pessoal, 2017.

A escola Akajutibiró surgiu a partir da necessidade da comunidade, que vinha aumentando o número de moradores da mesma, com vista nisso percebeu-se a necessidade das crianças que tinham que se deslocar da comunidade para estudar nas escolas da cidade.

O significado do nome aldeia Akajutibiró, quer dizer:” Terra de Caju Azedo”, cenário de luta e resistência do Povo Potiguara.

Ao longo da história, a aldeia é marcada por conflitos entre invasores e indígenas; como por exemplo, a invasão dos Dantas que chegaram e se apossaram da terra e se refugiaram na mesma, pois João Dantas teria assassinado o vice-presidente João Pessoa, por conflitos políticos

em 1930. Com a ajuda de uma senhora conhecida como “Adalgiza,” onde a mesma era sua amante, passou então a se apropriar do território Potiguara.

Com a repercussão da morte de João Pessoa os indígenas começaram a se mobilizar para que os mesmos fossem expulsos e assim se fez. [...] Em 1960 chegaram outros invasores conhecidos por João dos colchões, que logo foi expulso também. Em 1970 aconteceu uma outra invasão por um senhor chamado Anízio, porém, o mesmo foi embora por problemas de saúde. Em 1980, chegou seu Melo, que constituiu o nome: Sítio do Melo, que também foi expulso. Com o passar do tempo a aldeia passou ser povoada por um senhor chamado Ênio, que até hoje mora na aldeia, logo em seguida chegaram a família de Marcelino com sua família e que também junto com seu Ênio começaram a organização da aldeia Akajutibiró. Em 1998, no dia 30 de maio foi realizada uma reunião onde se constituiu o nome Akajutibiró, que também era conhecida como Recanto da Natureza

A escola oferta a educação infantil indígena, o ensino de EJA, em ciclos, o fundamental e médio, conforme o quadro I

<b>QUADRO 1 - Composição do Perfil Modalidade de Ensino</b>	
<b>Educação Infantil</b>	Turma: Pre I - Educacao Indigena - Infantil / Creche - Regular
	Turma: Pre II - Educacao Indigena - Infantil / Pré-Escola - Regular
<b>Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ciclos</b>	Turma: Ciclo III - Etapa.70 - Regular
	Turma: Ciclo IV - Etapa.70 - Regular
	Turma: Ciclo V - Etapa.71 - Regular
	Turma: Ciclo VI - Etapa.71 - Regular
	Turma: 1 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 1 <sup>o</sup> Ano - Regular
	Turma: 2 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 2 <sup>o</sup> Ano - Regular

<b>Ensino fundamental I</b>	Turma: 3 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 3 <sup>o</sup> Ano - Regular Turma: 4 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 4 <sup>o</sup> Ano - Regular
<b>Ensino fundamental II</b>	Turma: 5 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 5 <sup>o</sup> Ano - Regular Turma: 6 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 6 <sup>o</sup> Ano - Regular Turma: 7 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 7 <sup>o</sup> Ano - Regular Turma: 8 <sup>o</sup> Ano A - E.F. 9A - 8 <sup>o</sup> Ano - Regular Turma: 9 <sup>o</sup> Ano - E.F. 9A - 9 <sup>o</sup> Ano - Regular
<b>Ensino Médio</b>	Turma: 1 <sup>a</sup> Serie Medio A - E.M. - 1 <sup>a</sup> Série - Regular Turma: 2 <sup>a</sup> Serie Medio A - E.M. - 2 <sup>a</sup> Série - Regular Turma: 3 <sup>a</sup> Serie Medio A -E.M. - 3 <sup>a</sup> Série - Regular

**Fonte: Dados coletados pela Base de dados da plataforma CultivEduca/INEP, 2016**

A escola, segundo, dados do PPP, oferta estas modalidades descritas no quadro 1 da seguinte forma:

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiro está organizada da seguinte forma: as turmas do ensino fundamental I funcionam de segunda à sexta, nos horários da manhã; Fundamental II e ensino médio, pela tarde e Ensino médio (regular) e EJA, no turno da noite. (PPP, AKAJUTIBIRO, 2015).

Quanto a Estrutura física (gestão)

A escola está distribuída da seguinte forma segundo o PPP:

01 secretaria com sala de arquivo, 01 diretoria com almoxarifado, 01 de professores, que atualmente está funcionando como sala de aula, 10 baterias sanitárias para uso dos alunos, (masculino, feminino), sendo 02 para acessibilidades, 02 para uso administrativos e de professores e 02 para uso pessoal de apoio, totalizando assim 13 banheiros, 01 dispensa de higiene (limpeza), 01 cozinha com dispensa de alimentação e baterias (panelas e etc.), 01 área de recreativa que está sendo utilizada como refeitório, 01 sala SOP que está sendo usada como depósito para guardar instrumentos de percussão, 01 lavanderia, 04 salas de aulas, para alunos mais um sala anexa, totalizando 06 salas de aulas em uso.

**Fonte: PPP, Akajutibiró, 2015**

### Docentes

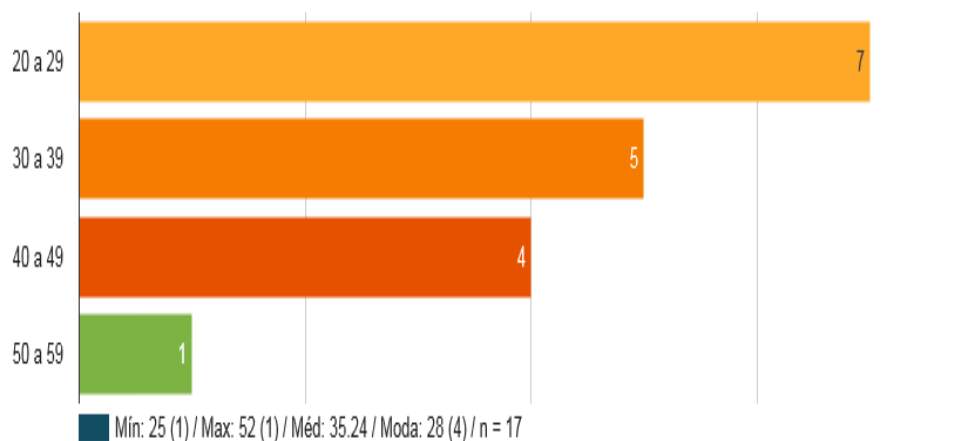
No tocante ao quadro de funcionários, a escola possui 22 docentes:

Sendo eles distribuídos com formação em licenciaturas já concluído ou ainda em andamento são elas:

Pedagogia, Historia, Química, Matemática, língua indígena (Tupi), Intercultural, Biologia, Geografia, Musica, Letras língua Portuguesa/Inglesa, Português, Educação Física.

**Fonte: PPP, 2015, Akajutibiró**

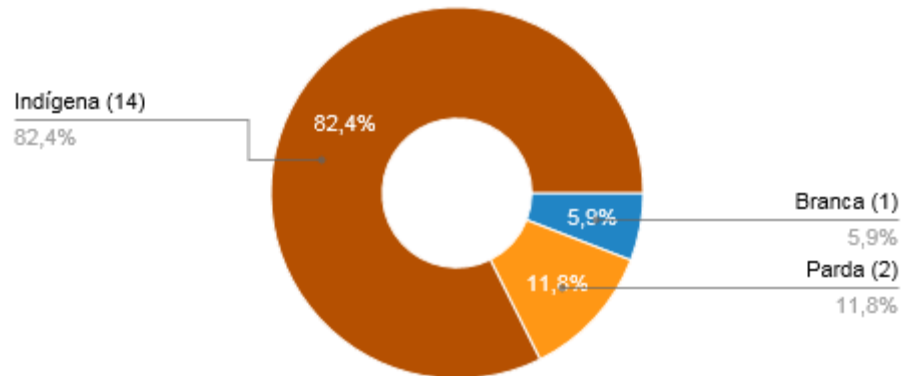
**Gráfico 1 – Docentes por idade**



Fonte: Dados coletados pela Base de dados da plataforma CultivEduca/INEP, 2016

Os docentes possuem faixa etária considerada adulto-jovem em sua maior parte. Grande parte formada a partir da expansão dos Cursos Universitários destinados aos indígenas.

Gráfico 2 – Cor/raça



Como podemos observar, a grande maioria dos docentes se reconhecem indígenas. E, consideramos essa construção indenitária através da auto declaração bastante relevante no contexto atual.

## 5.2 A COMPREENSÃO DE LIDERANÇAS SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Realizamos um diálogo com uma importante liderança, que faz parte de uma comissão da Associação dos Estudantes Universitários Indígenas. Essa escolha se deu pelo fato de já conhecê-la e saber que sua experiência reúne saberes junto à comunidade local e saberes científicos, pois a mesma é indígena potiguara e já estuda em nível de mestrado:

“Oh, por exemplo, em vez de a gente trazer apenas só teoria, para sala de aula, conhecer as plantas, conhecer a maré, conhecer como aprender a pescar, conhecer o plantio, preparar a terra. Na minha opinião, eu acho que além dos professores, também devia ter um grupo de anciões, um, ou dois, não sei, cada um que trouxesse alguma contribuição de áreas diferentes, onde os alunos pudessem ir pra mata junto com os anciões, pra eles terem essa vivência de conhecer as plantas, a plantação nativa, o nome das árvores pra que serve; o nome dos animais. Porque eu acho que por mais que tenha palestras, que os professores tragam os exemplos (...) Tem que ter essa experiência de vivenciar realmente (...)”.(sic.) (I.S., 2017).

Nesse diálogo, nos parece que há uma preocupação relevante com o que está sendo ensinado na sala de aula e com a relação teoria e prática. Em seu discurso percebemos a recorrência sobre a aproximação entre professores e anciões, que, possivelmente, suas experiências possam ser a base da educação indígena diferenciada. Continuando, essa liderança afirma, insistentemente na forma entrelaçada do fazer teoria/prática:

” Eu penso que a sala de aula ela limita muito o aprendizado, por isso a teoria é importante, sim, mas a prática é muito mais e que realmente leva e faz com que a gente aprenda de verdade uma cultura, uma religião, aprenda o que é pescar, como se pescar, não dá o peixe, por exemplo, mas ensinar a pescar, levar pras matas, conhecer as plantas, a terra, onde é bom pra plantar e onde não é (...)” (*sic.*) (I.S., 2017).

Em seu entendimento, uma sala de aula sem a presença de um ancião limita bastante o conhecimento. Novamente, essa liderança aponta caminhos nesse processo a ser desenvolvido, conforme a transcrição abaixo:

“(…) Acredita-se que a educação indígena diferenciada, eu acredito que as pessoas acham que seja só se tiver o ensino da língua tupi. E se tiver a língua Tupi e se tiver a etnohistória, essas disciplinas, ela já é diferenciada. Que na verdade não é isso. Educação indígena é muito mais que isso. (*sic.*) (I.S., 2017).

Dessa forma, a enunciação da fala de I. S. reforça o nosso entendimento sobre uma possível abrangência da concepção da educação indígena. Ela não pode ser resumida no ensino do bilinguismo. Nem tampouco, apenas o ensino de disciplinas como a etnohistória. Que embora seja definida na legislação essa orientação disciplinar, igualmente é necessário o ensino de saberes tradicionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, mostrar a importância da educação escolar indígena para a comunidade potiguara percebendo-se assim como ferramenta importante para a revitalização da cultura indígena já que por muito tempo nos foram negadas estes reconhecimentos como povos que resistiram e ainda resistem aos preconceitos da sociedade majoritária que nos nega a uma identidade cultural que nos define com tal.

Através dessa pesquisa foi possível perceber que a educação escolar indígena tem avançado, mas que necessita ser ainda discutida e colocada em prática, pois por mais que nos sejam assegurados tais direitos como uma educação diferenciada e de boa qualidade, está ainda precisa dá passos longevos e se faz necessário a manutenção da obrigatoriedade das legislações educacionais voltadas para os povos tradicionais, além das condições concretas para que se ampliem possibilidades educativas articuladas com a Cultura e Tradição dos Povos Indígenas.

Nesse contexto, do mesmo modo é fundamental que a comunidade escolar e a comunidade em geral precisam abraçar esta causa, assim também como o Estado, os Municípios e a União precisam assegurar e garantir que tais proposta para a educação escolar diferenciada não seja uma utopia, mas uma realidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENA. **Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. ESTATÍSTICA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL. **Censo Escolar Indígena**. Brasília-DF, 2007. Disponível em: <[http://www.oei.es/quipu/brasil/estatistica/educ\\_indigena20071.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/estatistica/educ_indigena20071.pdf)> Acesso em 17 Outubro 2012.

BARCELLOS, Lusival Antonio. **O RESSURGIR DOS POTIGUARAS**. Simpósio. Natal, 2006

GT INDÍGENA/SEAMPO CCHLA UFPB. **A questão indígena no Nordeste: Educação diferenciada nas escolas das aldeias Jaraguá e Monte-Mor no município de Rio Tinto**. 2011.